

EFEITOS DO INTERVENCIONISMO ESTATAL NA ECONOMIA, UMA PERSPECTIVA AUSTRIACA

Renato Luiz Pedron Junior – junior_pedron@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Departamento de Engenharia Mecânica (EMC)
Florianópolis – SC

Ricardo Raspini Motta – ricardormotta@live.com
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Departamento de Engenharia Mecânica (EMC)
Florianópolis – SC

***Resumo:** Este artigo traz uma visão sobre diferentes modelos econômicos, mostrando as diferenças entre sistemas onde o governo exerce forte intervenção e sistemas de mercado livre. Analisando os mecanismos de controle estatal e as políticas de expansão de crédito para acelerar a economia, e mostrando as consequências desse controle sobre as variáveis econômicas. Apresenta uma perspectiva da escola austríaca, e busca mostrar uma alternativa ao establishment atual.*

***Palavras-chave:** Intervencionismo, Livre Mercado, Keynesianismo, Escola Austríaca, Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos*

1. INTRODUÇÃO

Depois da primeira guerra mundial as economias dos países passaram por mudanças drásticas. De alterações da estrutura monetária até a maneira como os governos interagem com os agentes econômicos.

O início do século XX é marcado por um embate ideológico no campo da economia, entre os que acreditam que o Estado deve tutelar a economia e aqueles que creem na ordem natural. Visualizando os fatos, pode-se ter um panorama melhor, e separar as intenções dos resultados obtidos pelos atos dos agentes políticos.

2. DEFINIÇÕES

Antes de abordar o problema da interferência estatal, é necessário fazer algumas definições, para que o assunto seja plenamente compreendido.

2.1. Economia Planificada

Trata-se de uma economia totalmente controlada pelo estado, como por exemplo as economias socialistas. Nelas, todos os meios de produção são propriedade estatal, e o Estado controla a produção de todos os bens e serviços.

Um comitê planejador define metas de produção e a alocação de todos os recursos da produção para que, teoricamente, não haja escassez ou abundância de nenhum produto. Deste modo, todas as decisões são políticas e centralizadas, e não há liberdade dos indivíduos de escolher quais produtos querem consumir.

2.2. Laissez-Faire

Nenhum controle do estado sobre a economia. A expressão em francês significa "deixai fazer, deixai ir, deixai passar". Todas as decisões na economia são tomadas a partir dos indivíduos, através de mecanismos de oferta e demanda para a regulação dos preços. Além de um método de organização de mercado, é uma escola de pensamento, que se baseia no indivíduo como base da sociedade, e que possui direito natural de liberdade.

O *Laissez-Faire* tem por preceito a ordem espontânea (de que a ordem surge naturalmente do caos aparente) e da mão invisível do mercado (de que a intenção dos indivíduos leva a uma ordem natural, sem a necessidade de uma entidade coordenadora), propostas por Adam Smith.

É importante ressaltar que existem estados intermediários, localizados entre a economia totalmente planejada e o *Laissez-Faire*. Governos intervêm de diversas maneiras na economia, controlando todos ou apenas alguns setores. Assim, diz-se que um governo pode ser mais ou menos interventor. Do mesmo modo, quanto menos interventor, mais livre é a economia.

Figura 1 – Comparação visual entre a Economia Planificada, Laissez-Faire ou mista.



A maioria dos países controla setores ditos “estratégicos” da economia, para exercer mecanismos de poder e de influência. A intervenção normalmente ocorre no mercado de créditos e de moeda, mesmo em economias menos controladas. Em economias intermediárias, ou ditas mistas, como a brasileira, o governo pode decidir intervir em setores de infraestrutura, como produção de energia, exploração mineral, rodovias, ferrovias, entre outros. Em economias mais controladas, como na Venezuela, o governo determina os preços de todos os produtos correntes. Em economias planejadas (ou socialistas) todos os meios de produção são propriedade do Estado, e ele decide todas as quantidades a serem produzidas e onde devem ser alocadas.

2.3. Fluxo De Informações Na Economia

Toda economia é um comparável a um organismo complexo, com muitas interações entre suas partes componentes. Cada indivíduo interage com os seus circundantes para estabelecer relações econômicas, e desta forma buscar satisfazer suas necessidades e anseios. É importante frisar que a economia se baseia na alocação de recursos escassos. A maioria dos produtos é escasso, ou seja: existe em uma quantidade determinada e finita. Deste modo, colocá-lo em um lugar significa não o colocar em outro.

Assim, a determinação dos bens (fabricação, transporte, armazenamento, etc.) necessita de informações para a tomada de decisão, do tipo: quanto foi produzido de determinado bem em cada região; quantificação da vontade dos indivíduos de cada região de consumir esse bem; a dificuldade de se produzir esse bem; o tempo, a matéria prima e os recursos utilizados para sua fabricação; etc.

Conforme a complexidade das cadeias produtivas e o volume e dispersão populacional se expande, cada vez mais informação é necessária para equacionar a produção dos bens e serviços.

2.4.DECISÕES NAS ECONOMIAS PLANIFICADAS

Na planificação da economia de um país, essa quantidade de informações necessária cresce de maneira exponencial, de modo que a macroeconomia se resume a buscar aproximar os anseios dos indivíduos, quantificá-las, inseri-las em equações e realizar as tomadas de decisão, para assim escolher o que produzir e como fazê-lo. Não é difícil perceber que a mente de um burocrata seria capaz de abstrair todas as subjetividades dos indivíduos e equacioná-las corretamente.

Apesar da suprema boa vontade dos governos, o arbítrio humano é totalmente volátil. Hoje o indivíduo prefere comer carne, no minuto seguinte frango. Em um instante prefere ir à praia, e no próximo decide por ficar em casa. Estes exemplos podem parecer tolos ao primeiro olhar, mas demonstram o quão difícil é de se prever os anseios dos indivíduos, pois a cada intervalo de tempo, a sociedade muda, e suas preferências são diferentes, de modo que o planejamento anterior não faz mais sentido.

3. PREÇOS: MAIS QUE UM NÚMERO, UM RESUMO DA CADEIA PRODUTIVA

Em uma economia livre, toda a informação é transmitida através dos preços. Além de um número, ele carrega uma quantidade tão grande de informações que é difícil mensurar. Pode dizer, por exemplo, a sazonalidade de um produto, o quão escasso ele se encontra na economia nesse instante, a complexidade para produzi-lo, ou o quanto as pessoas o desejam.

Eis um exemplo: imagine que por algum motivo extraordinário a safra de tomates foi reduzida à 50% da quantidade do ano anterior. É fácil perceber (através da lei da oferta-demanda) que o preço por este produto subirá. A alta no preço informa ao comprador que, instintivamente, ele deve tender a consumir este produto em menor quantidade. Ele vai, então, decidir se deseja comprar o produto em um preço mais elevado ou gastar seus recursos de outra forma. O consumidor não precisa saber quais condições climáticas levaram à essa situação não usual, e mesmo assim tomará a decisão correta de consumir menos este determinado bem. Assim, não haverá (ou existirá uma tendência) de esse produto ser melhor alocado para as pessoas que tem um desejo maior de consumi-lo, e aloca os recursos de maneira mais inteligente.

Todos os produtos escassos, em economias de mercado, possuem preço. A grande diferença da escola austríaca de economia foi tratar o dinheiro como um bem como todos os outros. Ele é escasso, e o seu valor depende de diversos fatores, como por exemplo a vontade das pessoas de consumir outros produtos.

4. JUROS: O PREÇO DO DINHEIRO

Os juros são, basicamente, o quanto custa para tomar um montante de dinheiro emprestado, ou seja: o preço do dinheiro. As suas taxas, em uma economia livre, variam conforme fatores de mercado, como a escassez (a quantidade de dinheiro para ser emprestada pelos bancos, por exemplo), o risco de realizar empreendimentos (e, deste modo, do retorno dos empréstimos), a confiança dos investidores, entre outros. E todo dinheiro emprestado por um banco, teve de ser depositado em forma de poupança por algum de seus clientes (exceto em sistemas de reservas fracionárias, que abordaremos adiante).

Basicamente, o que acontece é o seguinte: os bancos oferecem juros aos clientes que depositam dinheiro em poupança. Depois de receber esse montante, eles o emprestam a juros

maiores a pessoas que desejam utilizá-lo para outros fins: empreender, consumir, etc. Deste modo, lucra com a movimentação financeira.

Se este banco deseja que mais pessoas depositem dinheiro em poupança, ele sobe a taxa de juros desse tipo de conta, tornando-a mais atrativa e lucrativa. Caso ele tenha um montante que considere grande demais, e que necessita emprestar em quantidade maior, diminui a taxa de juros dos empréstimos, incentivando mais pessoas a tomá-los. Deste modo, em uma economia livre, vários bancos poderiam concorrer, e as interações de mercado entre fornecedores e consumidores levaria o preço à um patamar de equilíbrio (este equilíbrio é sempre instantâneo, e está sempre flutuando conforme as mudanças econômicas).

O que acontece na maioria das economias mistas (ou parcialmente controladas) é que o governo controla poucos (ou nenhum) preços, porém, controla via lei as taxas de juros adotadas pelos bancos. Assim, tem o controle indireto da influência na tomada de decisões pelos indivíduos. Os governos o fazem para tentar “aquecer” ou “frear” a economia, para incentivar os investimentos ou buscar diminuí-los e favorecer as poupanças.

Conforme citado anteriormente, os juros variam conforme fatores de mercado em uma economia livre, e carregam consigo uma série de informações sobre o próprio mercado. Quando um governo decide artificialmente alterar essas taxas, cria deformações no mercado financeiro, que afeta diretamente todas as decisões tomadas a partir desses preços. Por exemplo: se as taxas de juros diminuem, um investidor pode pensar que os riscos para se investir estão menores. Assim, ele pode tomar a decisão (equivocada) de iniciar um empreendimento de risco mais elevado, ou investir em um setor específico. Porém, o mercado não sofreu nenhuma alteração junto com a taxa. Assim, essas deformações tendem, no longo prazo, a deteriorar as relações econômicas, levando à economia às crises, já muito bem conhecidas.

A crise financeira mais famosa da história, e uma das mais importantes, certamente, foi a crise de 1929. O *crash* da bolsa foi seguido da famigerada “Grande Depressão”, uma década inteira de recessão econômica na maior potência do mundo, e seus efeitos reverberaram em todos os países do globo. Porém, faz-se necessário uma explicação sobre os fatos que antecederam o colapso de 29, e o cenário econômico da década de 20, e mais que entender o momento histórico, é importante compreender as mudanças no paradigma da estrutura monetária e econômica internacional.

5. O PÓS GUERRA

A década de 20 é marcada por iniciar logo depois da primeira grande guerra. O mundo ainda se recuperava do abalo sísmico proveniente das mudanças abruptas que o conflito gerara. A recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas aparecera como uma alternativa ao sistema liberal, adotado por grandes potências mundiais. Aplicando a teoria de Karl Marx, apresentava ao mundo a primeira grande revolução socialista a obter êxito. O sonho apaixonado (e ingênuo) de que a ditadura do proletário seria capaz de planejar a vida de todos os cidadãos e resolver todos os problemas da pobreza soaria tentadora (assim como o é ainda hoje).

As economias ainda se recuperavam da grande inflação gerada no período de guerra. As repúblicas europeias estavam socialmente e economicamente dilaceradas, e as instituições liberais foram sendo substituídas por sistemas intervencionistas e socialistas que foram aos poucos diminuindo as liberdades civis e econômicas.

6. MUDANÇAS NO SISTEMA MONETÁRIO

É importante frisar a mudança do sistema monetário ao redor do mundo. Previamente à guerra, o padrão dominante era o chamado padrão-ouro, que era praticamente à prova de medidas governamentais inflacionárias. Este foi substituído por sistemas de reserva

fracionária, onde não há limitações para a expansão da base monetária. Essa expansão foi a base para as políticas intervencionistas da teoria Keynesiana.

A base monetária é, em linhas gerais, a quantidade total de moeda disponível, seja em espécie (em papel ou metal) ou disponíveis nos bancos, em forma de créditos. É importante compreender como funcionam os sistemas bancários para que a tese deste artigo seja compreendida em totalidade.

6.1.PADRÃO OURO

A teoria pioneira deste padrão monetário foi elaborada por David Hume, em 1752, sob o nome de “*teoria quantitativa da moeda*”. Nela, o “dinheiro” nada mais era que uma nota de propriedade de uma quantidade de ouro depositada em um banco. Assim, cada banco era obrigado a trocar as notas bancárias emitidas por ele pela quantidade respectiva em metal, sempre que solicitado pelo cliente. Desta forma, se um banco imprimisse mais notas do que possuísse em reservas, estaria cometendo fraude bancária.

Um país operando no padrão ouro mantinha seus ativos de reservas internacionais em forma de ouro no seu banco central. Quando esse país fosse superavitário na balança comercial (exportar mais do que importa) deveria importar ouro de outros países para ajustar sua base monetária (ou seja, imprimir mais dinheiro). Assim, as diferenças entre as reservas de ouro entre os países mostravam suas necessidades comerciais. Também, assim, para que houvesse um aumento na quantidade de dinheiro seria necessário um aumento da produtividade deste país, e a realização de comércio internacional, para que assim ocorresse uma expansão nas reservas de ouro.

O Padrão-Ouro dito “clássico” vigorou de 1870 até 1914, período em que o Reino Unido, potência hegemônica à época, utilizava o sistema. No período entre guerras (1914-1944), caracteriza-se pela desordem monetária, pela dificuldade em se apontar uma potência entre os países. Após a segunda guerra, os Estados Unidos, nova potência ocidental, impuseram ao mundo o dólar como moeda internacional. No ano de 1944, a partir do acordo de Bretton Woods, o padrão libra-ouro foi substituído pelo dólar-ouro.

Esse sistema durou até 1971, quando os EUA aboliram totalmente a conversibilidade do dólar em ouro, decretando assim o fim do padrão ouro e instituindo o regime de flutuação, baseado em reservas bancárias fracionadas.

6.2.SISTEMA DE MOEDA FIDUCIÁRIA

No ano de 1971, os estados unidos quebraram a “lastreabilidade” do dólar em ouro. Ou seja, uma quantidade de dólares não poderia ser convertida sem perdas para uma quantidade de ouro. A partir de então, a moeda passou a ser totalmente fiduciária, ou seja: sem nenhum valor intrínseco. O seu valor advém unicamente da confiança das pessoas de que ela será aceita para a realização de trocas posteriormente. Na maioria dos países, a utilização dessas moedas é de curso forçado, ou seja: nenhuma pessoa pode negar-se a aceitá-la, e assim os governos garantem seu valor de troca.

Mesmo antes da década de 1970, muitas moedas europeias já haviam se tornado totalmente fiduciárias. Em 1913 os Estados Unidos da América criaram o FED: sistema federal de reservas, em tradução literal. Este se tornou, então, o responsável pela expansão monetária americana, que estava, a partir deste ano, apenas nominalmente ligada ao ouro.

Porém, esse sistema é totalmente passível de expansão sem o aumento de ativos. Trocando em miúdos, um governo pode simplesmente aumentar a base monetária (ou o que se chama de “imprimir dinheiro”, embora esse termo não seja totalmente verossímil, pois um governo pode expandir a base sem criar nenhuma nota de dinheiro física) sem que algo a mais seja produzido.

7. RESERVA BANCÁRIA FRACIONÁRIA

Um outro conceito importantíssimo para entender o funcionamento do mercado financeiro é o sistema de reservas fracionárias, que é incentivado (e regulamentado) pelos Estados, e acaba se tornando o motor das crises econômicas. Os bancos centrais ditam as reservas de ativos requeridas pelos bancos para a realização de empréstimos, que serão menores que o valor dos créditos. Em linhas gerais, os bancos não precisam possuir o valor emprestado aos seus clientes. Para melhorar a visualização, vamos tomar um exemplo: Em um país hipotético, as reservas exigidas são de 50%. Ou seja: se um banco investe mil reais em reservas, ele pode emprestar 2 mil reais. Dessa forma, ele é capaz de realizar empréstimos à juros menores, pois a necessidade de poupança é menor do que o crédito que lhe proporciona. Este assunto será melhor debatido mais adiante.

E se houver uma crise de emprego e mais da metade das pessoas resolver sacar seus ativos depositados nos bancos? Ora, se o banco empresta mais que suas reservas de poupança, não terá capacidade de quitar todos os seus débitos com os clientes. E é assim que ocorrem as crises bancárias: quando os bancos necessitam pagar todos os clientes, eles vão à falência, e os seus clientes perdem todas as suas poupanças. Tudo isso controlado e incentivado pelo governo.

A partir de moedas fiduciárias e de reservas bancárias fracionárias, os governos estão no controle total da expansão monetária e das taxas de juros. Assim, ele pode estimular a atividade econômica através de uma expansão monetária (criando dinheiro e emprestando em quantidades maiores, os bancos diminuem os juros e incentivam o crédito) ou reduzi-la. É utilizando esses conceitos que o Keynesianismo entra em cena.

8. EXPANSÃO MONETÁRIA AMERICANA DA DÉCADA DE 1920 E A ORIGEM DA GRANDE DEPRESSÃO

Um olhar mais profundo sobre o caso específico da política monetária americana da década de 20 é necessário para compreender a crise de 1929, e dessa forma, compreender como se dá o intervencionismo estatal. Na citação a seguir, o professor Richard Ebeling, da Northwood University de Midland, Michigan, explica o cenário da época:

“No caso específico dos EUA durante a década de 1920, a economia do país estava passando por rápidas transformações tecnológicas, o que gerou grande aumento na produtividade e, conseqüentemente, pressões baixistas nos preços dos bens e serviços. Porém, em vez de permitir que essa tendência baixista nos preços ocorresse naturalmente, o Fed estimulou o aumento da oferta de dinheiro na economia americana com o intuito de neutralizar esse processo normal de deflação de preços. Em termos agregados, a quantidade de dinheiro na economia foi aumentada de tal forma que fez com que a demanda por bens e serviços aumentasse o suficiente para igualar o aumento ocorrido na quantidade de bens e serviços oferecidos no mercado. Essa equivalência de aumento da demanda com aumento da oferta fez com que o nível de preços se mantivesse praticamente "estável" ao longo de grande parte da década de 1920. “ (EBELING, 2011)

Assim como citado anteriormente, o banco central, aumentando a base monetária, é capaz de diminuir as taxas de juros, pelo sistema de reservas fracionárias. Desta forma, induzem investidores à realização de investimentos à longo prazo, pois como também explicamos, juros menores são sinais de que os riscos de investimento na economia do país em questão são reduzidos.

Aos poucos, este dinheiro começa a circular na economia, e passando do investimento, acaba chegando à mão de obra na forma de salários. Esses salários, por terem sido elevados (devido à maior demanda e à maiores investimentos), são gastos no mercado, aumentando o consumo. Nesse momento, estes gastos adicionais geram um aumento na produção de bens de consumo, que têm investimentos com horizontes temporais menores. Assim, a tendência era de que os juros subissem. Porém, para evitar que isso prejudicasse os investimentos de longo prazo, o FED seguiu injetando dinheiro no sistema bancário, para manter as taxas de juros estáveis. Pode-se perceber aqui a bola de neve criada. Quanto mais o governo expandia a base monetária para diminuir os juros, mais elevava o consumo, e a elevação de bens de consumo tende a aumentar os juros.

Essa expansão finalmente transformou-se em elevação dos preços. Como há mais dinheiro no mercado, os produtos tendem a custar menos. Assim, a inflação nos Estados Unidos disparou. Em 1928, o FED, receoso de provocar um descontrole total nos preços, reduziu drasticamente o ritmo da expansão da oferta monetária. Com isso, as taxas de juros voltaram a subir aos níveis normais de mercado. Com os juros mais altos, alguns dos investimentos a longo prazo se mostraram não lucrativos, e isso levou ao “*crash*” da bolsa de valores, em outubro de 1929.

9. KEYNESIANISMO

É nesse cenário que surge a teoria econômica mais influente do século passado. John Maynard Keynes, inglês, é provavelmente o economista mais famoso da história. Seu trabalho influenciou decisões governamentais há desde o início do século XX. A sua escola econômica, o Keynesianismo, aponta o estado como grande controlador da economia, em oposição ao pensamento liberal. Os economistas keynesianos acreditam, diferentemente dos neoclássicos, que os ciclos econômicos não são autorregulados, sendo guiados pelo que Keynes chamou de “espíritos animais”. Na sua citação original, do livro Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda:

“Mesmo posta de lado a instabilidade devida à especulação, há instabilidade devida à característica da natureza humana de que uma grande proporção de nossas atividades positivas depende mais de otimismo espontâneo do que de expectativas matemáticas, sejam morais ou hedonísticas ou econômicas. A maioria, provavelmente, de nossas decisões de fazer algo positivo, as completas consequências das quais serão delineados vários dias que virão, só podem ser tomadas por resultado de espíritos animais - um impulso espontâneo para a ação, ao invés da inação, e não como consequência de uma pensada média de benefícios multiplicada pelas probabilidades quantitativas. “
(KEYNES, 1936)

A teoria surgiu justamente no fim da década de 1920 e início da década de 1930, momento atribulado da economia americana, que refletiu seus resultados no mundo todo. Para Keynes (assim como os economistas marxistas), o sistema capitalista, por sua concepção, gera crises cíclicas. O mercado livre naturalmente criaria recessões, e então o governo deveria intervir para retomar o crescimento econômico e diminuir o desemprego. Infelizmente, a crise a qual Lord Keynes se deparava, era resultado de uma política irresponsável do FED, que já explicamos anteriormente.

10. ESTRATÉGIA PÓS-CRISE

Para Keynes, para ajudar nas crises, o governo deveria investir nas fases recessivas dos ciclos. O Estado, utilizando sua capacidade de imprimir moeda, deveria produzir déficit (gastar mais que arrecada) para gerar um aumento da procura efetiva, ou uma expansão da economia, em outras palavras. Se o Estado investisse corretamente, reverteria o ciclo de recessão e colocaria a economia em uma fase de expansão, onde o governo poderia produzir superávits (arrecadar mais do que gasta) e equilibrar a situação fiscal do país. Mas esse período de crescimento nunca chega, e nunca é como foi planejado. Inclusive, esse investimento estatal ocorre através da expansão da base monetária, e como já citamos anteriormente, essa é a semente de um novo ciclo econômico.

E sendo assim, o governo Hoover, empossado em 1929, rejeitou os reajustes de mercado para a situação da quebra da bolsa. Admitindo uma política fiscal deficitária, e incentivando os estados a gastar suas reservas em obras públicas, aumentando a demanda agregada, exatamente conforme a cartilha Keynesiana. Em 1930, o presidente criou a tarifa Smoot-Hawley, que elevou as tarifas de importação, política protecionista alinhada com a teoria.

Porém, diminuindo as importações, indiretamente os Estados Unidos tiveram uma queda em suas exportações. Isso é fácil de perceber, olhando para o fato de que, para um país importar um produto, precisa exportar outro, para gerar ativos. Assim, os países pararam de vender seus produtos e pararam de comprar os de origem americana. Seguiu-se, em seguida, uma onda de políticas protecionistas ao redor do mundo. Isso restringiu o comércio internacional, e várias indústrias exportadoras foram à falência, elevando ainda mais o desemprego. As exportações americanas caíram de \$5,5 bilhões em 1929 para \$1,7 bilhão em 1932. A depressão mundial atingiu as commodities, cujos preços despencaram e levaram muitos agricultores à bancarrota.

Hoover seguiu expandindo os programas de expansão dos investimentos do governo. Porém, com o desemprego crescendo, as receitas federais caindo e o déficit aumentando, o governo realizou um aumento massivo de impostos, que foi o golpe de misericórdia na economia.

Em 1933, Franklin Delano Roosevelt assumiu a presidência, e colocou em prática o New Deal, mais um programa keynesiano para tentar salvar a economia. Aumentando mais ainda a base monetária, desvalorizou o dólar em 40% nos primeiros 100 dias de governo. As medidas seguiram, e ampliaram a já gigantesca depressão. Esse cenário seguiu até o início da segunda guerra, quando o recrutamento de milhares de homens jovens reduziu o desemprego. A década de 30 fica como um exemplo crasso de como o mercado controlado é insustentável, porém, aparentemente, poucos governos perceberam.

11. AUSTRÍACOS: MISES E HAYEK

Na mesma época, houveram opositores intelectuais ao modelo interventor. Na Áustria, no final do século XVIII, iniciou-se um movimento em pró das liberdades individuais e econômicas. A chamada escola austríaca de economia é a antítese da escola Keynesiana. Defendendo o laissez-faire econômico, os economistas dessa escola defendem que, pela

complexidade das escolhas humanas subjetivas, seja impossível modelar matematicamente o mercado.

Austríacos defendem o individualismo, e que existe uma organização espontânea no mecanismo de preços. Uma das bases do pensamento é a aplicação restrita de contratos voluntários entre os agentes econômicos, e que as transações comerciais devem estar sujeitas o mínimo possível à influência de governantes e corporativistas.

Ludwig Von Mises é um dos autores mais famosos dessa escola. Ele elaborou as principais bases teóricas, como demonstrar a impossibilidade de se estabilizar uma economia a partir de medidas governamentais. Entretanto, foi um de seus colegas mais jovens que foi o maior responsável por destrinchar o problema e elaborar a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos: Friedrich August Von Hayek. O seu livro *“Monetary Theory and the Trade Cycle”* (1929) têm sido até hoje uma referência na desconstrução da ideia de que os governos podem regular a economia.

12. TEORIA AUSTRÍACA DOS CICLOS ECONÔMICOS: BOOM E BUST

Esta teoria explica as crises dos sistemas keynesianos e aponta os motivos pelas quais elas ocorrem. Assim como explicamos anteriormente, trata-se apenas de distorções no mercado financeiro e no sistema monetário, que reverberam pela economia, gerando períodos de crescimento econômico, sempre sucedido de uma recessão.

Na sua obra (que o ajudou a ganhar o prêmio Nobel de economia, em 1974), Hayek aponta que os ciclos econômicos (expansão, auge, recessão, depressão) são consequência inevitável do crescimento excessivo na concessão de crédito, aumentada por políticas dos bancos centrais. Distorcendo o mercado de crédito e trazendo instabilidades entre as poupanças e os investimentos. Conforme explicamos anteriormente, os juros são o preço do dinheiro, e as poupanças são os estoques. Quando há uma distorção entre elas, haverá sempre um novo ciclo econômico.

13. BOAS INTENÇÕES, RESULTADOS CATASTRÓFICOS

Quando um governo inicia uma expansão de crédito, o faz na intenção de “aquecer a economia”, como se pode ouvir nos principais telejornais. A expansão de crédito leva à uma perturbação no mercado: com mais dinheiro circulando, a tendência é do acontecimento de inflação. Investimentos de longo prazo começarão a surgir, vislumbrando nas taxas mais baixas de juros a lucratividade de seus empreendimentos. O dinheiro vai aos poucos indo para a mão de obra por meio de salários, e estes começam a ser utilizados no mercado de bens de consumo. Com mais dinheiro em circulação, o que ocorre é o aumento dos preços (inflação). O governo só tem duas opções neste momento: aceitar a crise inevitável ou postergá-la, na iminência de que ela se tornará cada vez maior.

E há um fator importantíssimo nessa equação. Quando o governo socorre empresas em situações de falência (como na crise de 2008), ele interfere na lógica mercadológica premiando o fracasso das empresas. Ora, se uma empresa chega à falência, isso se deve a sua incapacidade de concorrer com as outras, de produzir produtos de qualidade ou com preço competitivo. Ao socorrê-las, premia-se os piores.

Os exemplos dessas crises estão aos montes. A crise de 29 é clássica, mas podemos apontar a crise de 2008, as constantes crises no Brasil, e inclusive bolhas já previstas por economistas austríacos. A crise de 2008 e a crise financeira brasileira, por exemplo, foram anunciadas, assim como a bolha chinesa ou a bolha na bolsa americana atualmente. Os resultados corroboram as teorias, mas porque os governos continuam insistindo nessas estratégias?

14. INFLUÊNCIA, UM JOGO DE XADREZ

Quando um governo decide expandir o crédito, ele o faz em setores específicos. No Brasil, o exemplo clássico é a construção civil. Não obstante, pode-se perceber a relação promíscua entre essas empresas e os governantes. A farra dos créditos destinada a um setor específico é usada como capital político. Essas empresas acabam por financiar os partidos políticos e ajudá-los a permanecer no poder. Assim não é difícil de perceber porque os governos relutam em admitir que essas políticas keynesianas são obsoletas, e certamente levarão à nossa próxima crise.

15. EXEMPLOS DAS POLÍTICAS KEYNESIANAS

15.1. Crise de 2008

Prevista em 2006 pelo economista austríaco Peter Schieff, a crise dos EUA de 2008 acabou afetando todos os países do mundo. As diferenças incompatíveis entre poupança e consumo, geradas por alterações nas taxas de juros pelo FED, geraram o ciclo de expansão e recessão.

15.2. Crise fiscal Brasileira

A grave crise fiscal que acometeu o Brasil no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff foi também prevista. A busca do crescimento a partir da expansão dos créditos levou o Brasil à situação de recessão por anos seguidos “A troca de crescimento por inflação não é estável; com o tempo, o resultado é apenas inflação mais alta”, disse o economista Alexandre Schwartzman em janeiro de 2012.

15.3. Crise energética brasileira

O setor de produção de energia elétrica no Brasil entrou em crise após as medidas populistas de corte de preços imposta por Dilma Rousseff. Diferente das crises de crédito, esta é resultado da intervenção do governo em um setor diferente, tentando regular o preço, mas acabando por terminar com uma crise e uma elevação nos preços.

15.4. Crise na China: Cidades Fantasma

Cidades inteiras, construídas para milhares de trabalhadores que nunca chegaram a comprar os apartamentos. A expansão do crédito para a construção civil, parte da política de urbanização do país asiático, levou a construção de diversos empreendimentos que se mostraram não lucrativos no longo prazo. As cidades estão lá, mas não há quem more nelas. Mais uma distorção gerada pela intervenção estatal.

16. CONCLUSÃO

A partir da elaboração deste trabalho, conclui-se que as medidas governamentais de intervenção na economia são danosas, geram ciclos de recessão e crises por onde foram adotadas nos vários países do mundo. É de suma importância que todos os cidadãos entendam a mecânica da economia, e os resultados das políticas aplicadas dentro e fora das fronteiras do seu país.

Decisões tomadas por políticos em gabinetes distantes são capazes de transformar a vida de cada indivíduo. Como Hayek disse, em seu livro “The Fatal Conceit”, em tradução livre: “A curiosa tarefa da economia é a de demonstrar ao homem o quão pouco ele sabe sobre o que ele imagina que pode prever. “

Assim, demonstra-se a necessidade que os indivíduos compreendam essa equação, para que sejam motores da mudança do paradigma que tem sido devastador por onde passa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

EITEMAN, D. K.; STONEHILL, A. I.; MOFFETT, M. H. Administração financeira internacional. 12a ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 624p.

HAYEK, F.A. Monetary Theory and the trade Cycle. Martino Fine Books, 2012. 246p.

HAYEK, F.A. The Fatal Conceit: The Errors of Socialism. University of Chicago Press, 1990. 194p.

KEYNES, J.M. Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda. Relógio D'água, 2010. 400p.

ROTHBARD, M. A grande depressão americana. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 1a ed. 2012. 376p.

Internet:

Moeda Fiduciária. Disponível em: <<http://www.mundodosbancos.com/moeda-fiduciaria>> Acesso em: 07 jun. 2017.

EBELING, R. A teoria austríaca dos ciclos econômicos e as causas da Grande Depressão. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=989>> Acesso em: 31 mai. 2017.

FISHMAN-LAPIN, J. Prophet of Doom? Disponível em: <http://www.europac.com/press_release/expansion_continues> Acesso em: 07 jun. 2017.

NARLOCH, L. Os economistas que previram a crise. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/os-economistas-que-previram-a-crise>> Acesso em: 07 jun. 2017.

SENNHOLZ, H. F. A Grande Depressão - uma análise das causas e consequências. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=376>> Acesso em: 31 mai. 2017.